

Isaac SABBÁ GUIMARÃES

PROCESSO PENAL

ASPECTOS CONCEITUAIS DO PROCESSO PENAL CONSTITUCIONAL

- **ELEMENTOS DO GARANTISMO PENAL**
- **INVESTIGAÇÃO CRIMINAL**
- **AÇÃO PENAL**
- **COMPETÊNCIA**
- **INCIDENTES PROCESSUAIS**
- **QUESTÕES PREJUDICIAIS**

3ª Edição – Revista e Atualizada

**Em conformidade com as alterações da
Lei 13.964/2019**

Curitiba
Juruá Editora
2020

Visite nossos *sites* na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
e-mail: editora@jurua.com.br

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

ISBN: 978-65-5605-023-2

JURUÁ
EDITORA

Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil
Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ermani de Carvalho Pacheco

Guimarães, Isaac Sabbá.

G963 Processo penal: aspectos conceituais do processo penal
 constitucional./ Isaac Sabbá Guimarães./ 3ª edição./ Curitiba:
 Juruá, 2020.
 310p.

1. Processo penal – Brasil. 2. Brasil. Constituição (1988).
I. Título.

CDD 345.05
CDU 343.1

000009

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

SUMÁRIO

Capítulo 1 – DIREITO E JUSTIÇA	15
1.1 DIREITO PROCESSUAL PENAL: A REALIZAÇÃO DA JUSTIÇA E DO DIREITO PENAL E A VIRAGEM PROBLEMÁTICA PROVOCADA PELO NEOCONSTITUCIONALISMO	21
1.2 DIREITO PROCESSUAL PENAL E SUA COMPATIBILIZAÇÃO COM OS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS: APROXIMAÇÕES AO MODELO GARANTISTA	32
1.3 DIREITO PROCESSUAL PENAL E O ATUAL MODELO DE ESTADO: COMO ENTENDER-SE A REALIZAÇÃO PROCESSUAL PENAL NUM ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO VOLTADO AO BEM-ESTAR SOCIAL	38
1.3.1 O Estado Democrático de Direito e suas Implicações no Processo Penal	40
1.4 A TAXONOMIA DO SISTEMA PROCESSUAL PENAL BRASILEIRO: SISTEMA ACUSATÓRIO, SISTEMA INQUISITORIAL OU SISTEMA MISTO?	48
1.4.1 Processo Penal Brasileiro como Modelo Inquisitório.....	51
1.4.2 Processo Penal Brasileiro como Modelo Acusatório	52
1.4.3 Processo Penal Brasileiro como Modelo Misto	54
1.5 O MODELO DO PROCESSO PENAL BRASILEIRO E A PROBLEMÁTICA DE SUA COMPATIBILIZAÇÃO COM A CONSTITUIÇÃO	55
Capítulo 2 – LEI PROCESSUAL BRASILEIRA	61
2.1 REGRAMENTO JUSPOSITIVO: OBSERVAÇÕES AO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL	62
2.1.1 Interpretação	65
2.1.2 Métodos de Interpretação	66
2.2 PRINCÍPIOS JUSFUNDAMENTAIS APLICÁVEIS AO PROCESSO PENAL	68
2.2.1 Princípio da Dignidade da Pessoa Humana	69
2.2.2 Princípio da Universalidade.....	71
2.2.3 Princípio da Igualdade	71
2.2.4 Princípio da Proporcionalidade.....	72

2.3	PRINCÍPIOS DO DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS E O PROCESSO PENAL	73
2.4	APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL NO ESPAÇO	75
2.5	APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL NO TEMPO	75
Capítulo 3 – PRINCÍPIOS DO PROCESSO PENAL		79
3.1	PRINCÍPIO DO ACUSATÓRIO	80
3.2	PRINCÍPIO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL	82
3.3	PRINCÍPIO DA JUSTA CAUSA	84
3.4	PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE	85
3.5	PRINCÍPIO DA OFICIALIDADE	86
3.6	PRINCÍPIO DA OBRIGATORIEDADE	87
3.7	PRINCÍPIO DA ORALIDADE	88
3.8	PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO	89
3.9	PRINCÍPIO DA VERDADE PROCESSUAL	90
3.10	PRINCÍPIO DO JUÍZ NATURAL	91
3.11	PRINCÍPIO DO PROMOTOR NATURAL	92
3.12	PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE	93
3.13	PRINCÍPIO DA ECONOMIA PROCESSUAL	95
3.14	PRINCÍPIO DA ISONOMIA PROCESSUAL (IGUALDADE DE ARMAS)	97
3.15	PRINCÍPIO DO <i>FAVOR REI</i>	98
3.16	PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO	98
3.17	PRINCÍPIO DO <i>IN DUBIO PRO REO</i>	100
3.18	PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DA INOCÊNCIA	101
Capítulo 4 – INVESTIGAÇÃO CRIMINAL		107
4.1	DA AUTORIDADE POLICIAL	107
4.2	DO INQUÉRITO POLICIAL	110
4.2.1	Conceito e Caracterização	110
4.2.2	O Inquérito e o Princípio do Inquisitório: o Problema da Publicização dos Atos Investigatórios Frente aos Direitos e Garantias Fundamentais	112
4.2.3	Instauração	114
4.2.4	Atos de Atribuição da Autoridade Policial na Condução das Investigações	118
4.2.4.1	Prazos para as investigações	127
4.2.4.2	Incomunicabilidade	130
4.2.4.3	Nomeação de curador	130
4.2.4.4	Oferecimento de representação criminal	131
4.2.4.5	Atos investigatórios <i>versus</i> direitos fundamentais do investigado	131
4.2.4.6	Indiciamento, qualificação e identificação criminal ..	133
4.2.4.7	Relatório final	137

4.2.5	Participação do Advogado no Inquérito Policial	138
4.2.6	Trancamento do Inquérito Policial	140
4.2.7	Arquivamento do Inquérito Policial	141
4.2.8	Acordo de Não Persecução Penal	147
4.3	OUTRAS FORMAS DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL: O PODER INVESTIGATÓRIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	151
Capítulo 5 – AÇÃO PENAL		155
5.1	CONDIÇÕES DA AÇÃO PENAL	159
5.1.1	Legitimidade de Parte	159
5.1.2	Interesse de Agir	161
5.1.3	Possibilidade Jurídica do Pedido	162
5.2	CONDIÇÕES DE PROCEDIBILIDADE	163
5.2.1	Justa Causa	165
5.3	CLASSIFICAÇÃO DAS AÇÕES PENAIS	168
5.4	AÇÃO PENAL PÚBLICA	168
5.4.1	Ação Penal Pública Condicionada	172
5.4.1.1	Prazo para a representação	176
5.4.1.2	Capacidade para representar	177
5.5	AÇÃO PENAL PRIVADA	178
5.5.1	Legitimidade Ativa	181
5.5.2	Decadência	184
5.5.3	Disponibilidade da Ação Penal Privada	186
5.5.3.1	Transação	186
5.5.3.2	Renúncia	187
5.5.3.3	Desistência	190
5.5.3.4	Perdão	192
5.6	AÇÃO PENAL PRIVADA SUBSIDIÁRIA DA PÚBLICA	192
5.7	ADITAMENTO À DENÚNCIA	195
5.8	RECEBIMENTO DA INICIAL DA AÇÃO PENAL	198
5.9	REJEIÇÃO DA INICIAL DE AÇÃO PENAL E ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA	199
Capítulo 6 – JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA		203
6.1	JURISDIÇÃO	203
6.1.1	<i>Ne Procedat Iudex Ex Officio</i>	205
6.1.2	Princípio do Juiz Natural	206
6.1.3	Indeclinabilidade da Jurisdição	209
6.1.4	Improrrogabilidade da Jurisdição	211
6.2	COMPETÊNCIA	212
6.3	JULGAMENTO DOS CRIMES DE RESPONSABILIDADE	215
6.4	COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	216
6.5	COMPETÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	217
6.6	COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA MILITAR	218

6.7	COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ELEITORAL	222
6.8	COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL	222
6.8.1	Estrutura da Justiça Federal	235
6.8.2	Competência de Natureza Absoluta	236
6.9	COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL	237
6.9.1	Competência <i>Ratione Loci</i>	240
6.9.2	Competência Fixada pelo Domicílio ou Residência do Réu ...	241
6.9.3	Competência Fixada em Razão da Natureza da Infração	242
6.9.4	Competência Fixada pela Conexão ou Continência	244
6.9.4.1	Concurso da competência do Tribunal do Júri e outro órgão da Justiça Comum	247
6.9.4.2	Concurso de jurisdições da mesma categoria	250
6.9.4.3	Não aplicação das regras de conexão e continência ..	252
6.9.5	Competência Fixada pela Distribuição	252
6.9.6	Competência Fixada pela Prevenção	253
6.9.7	Competência Fixada pela Prerrogativa de Função	254
6.10	IMUNIDADES	254
6.11	QUESTÕES RELATIVAS À PRERROGATIVA DE FUNÇÃO	258
Capítulo 7 – QUESTÕES INCIDENTAIS AO PROCESSO		263
7.1	QUESTÕES PREJUDICIAIS	264
7.2	AS EXCEÇÕES	266
7.2.1	Exceção de Suspeição	267
7.2.2	Exceção de Impedimento ou de Incompatibilidade	271
7.2.3	Exceção de Incompetência	273
7.2.4	Exceções de Litispendência e de Coisa Julgada	275
7.2.5	Exceção de Ilegitimidade de Parte	276
7.2.6	Conflito de Jurisdição	278
7.2.7	Restituição de Coisas Apreendidas	279
7.2.8	Medidas Assecuratórias	282
7.2.9	Incidente de Falsidade	284
7.2.10	Incidente de Insanidade Mental	287
REFERÊNCIAS		291
ÍNDICE REMISSIVO		297